

OS PROFESSORES E AS PRÁTICAS AVALIATIVAS

Práticas de avaliação interna para a qualidade das aprendizagens:
das pressões externas a mudanças necessárias



Fátima Paixão

ESE, Instituto Politécnico de Castelo Branco

mfpaixao@ipcb.pt

LISBOA, Conselho Nacional de Educação,
5 janeiro 2015

Alguns pontos de partida:

É evidente que a educação em Portugal melhorou muito nas últimas décadas e, embora com altos e baixos, o saldo entre 1974 e a atualidade é muito positivo. Mas não estamos satisfeitos!

É evidente que tem de existir coerência entre o currículo e a perspetiva de ensino, por um lado, e a convicção da necessária implicação destes na qualidade das aprendizagens.

É evidente que cada vez faz menos sentido falar de currículos nacionais pois as influências externas são cada vez maiores.

É evidente que estratégias de ensino mais eficazes envolvem os alunos direcionando-os para a aprendizagem, uma vez que:

- os implica mais nos seus processos próprios de aprender
- e os torna mais confiantes e, assim, se esforçam mais, com maior motivação.

Alguns pontos de partida:

Alunos a quem são propostos problemas ligados à sociedade em vez de abstratos problemas sem sentido alcançam aprendizagens de maior qualidade. A capacidade de abstração trabalha-se evoluindo a partir do estudo do real e não ao invés, esperando que com um “monte de abstrações” se dê espontaneamente sentido à vida quotidiana.

Currículo

O currículo identifica-se com as aprendizagens/saberes que se considera indispensáveis aprender na escola (necessárias e importantes).

Dois orientações predominantes:

Centrados nos conteúdos **ou** nas competências (conteúdos, capacidades e atitudes, socialmente contextualizados)

Centrados nas áreas/disciplinas **ou** integrados (sem perder de vista os objetivos específicos das diferentes áreas)

Centrados na perspetiva propedêutica do prosseguimento de estudos **ou** na perspetiva da formação integral para a cidadania

LBSE**Artº 7º****São objectivos do ensino básico:**

- a) *Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;*
- b) *Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;*
- c) *Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;*

Alguns dados sobre avaliação interna e externa

Introdução de exames nacionais (avaliação sumativa externa):

– Ensino secundário - 1996

-Ensino Básico - foram introduzidos exames nacionais, progressivamente, no final dos diferentes ciclos da escolaridade básica:

3º ciclo (9º ano) –2005;

2º ciclo (6º ano) - 2012

1º ciclo (4º ano) - 2013

Apenas são avaliados, através de exames externos, de âmbito nacional, ao longo da escolaridade básica, Português e Matemática

Têm sido acentuadas as diferenças entre os resultados da avaliação interna e os resultados da avaliação externa.

Resultados de um Estudo de Caso

“Avaliação Externa e Interna – Expectativas, Resultados e Mudanças”

Agrupamentos de escolas de uma cidade capital de distrito do interior do país - Castelo Branco

Resultados da avaliação em Matemática no 6º ano (interna/externa)

- Quatro escolas com 2º ciclo do ensino básico
- 19 professores lecionaram matemática no 6º ano, em dois anos consecutivos
- N = 312 alunos; 2012/2013: 152/160

Tabela 1 – Classificações e níveis - Avaliação interna (frequência)/avaliação externa (exame)

Nível por Frequência	2012		2013	
	N	%	N	%
1	0	0	0	0
2	76	19	82	19,5
3	152	38	160	38
4	103	25,8	118	28
5	69	17,3	54	12,8
Média		3,41		3,35
Desvio Padrão		0,985		0,941
Nível em exame				
1	31	7,8	44	10,5
2	142	35,5	155	36,8
3	116	29	114	37,1
4	84	21	81	19,2
5	27	6,8	27	6,4
Média		2,84		2,74
Desvio Padrão		1,059		1,083

Tabela 2- Expectativas dos professores face aos resultados nacionais

P18	N	%
Esperava menos	0	0
Obtiveram o esperado	12	63,2
Esperava mais	7	36,8

Tabela 3 - Mudanças em função da reflexão/análise dos resultados
(Recomendações do Departamento)

P24	Sim	
	N	%
Critérios de avaliação	3	15,8
Práticas de ensino	3	15,8
Materiais de apoio	4	21,1
Reforço curricular	7	36,8
Instrumentos de avaliação	2	10,5
Mais trabalhos de casa	4	21,1
Apoio ao estudo diferenciado	8	42,1
Treino de exercícios	10	52,6
Diminuição da componente lúdica do ensino no 6º ano	3	15,8
Atividades de enriquecimento curricular	2	10,5
Outras. Quais? - Aulas suplementares	3	15,8

Tabela 4 - Alterações às práticas avaliativas

P15	Sim		Não	
	N	%	N	%
Alterou os critérios de avaliação	4	21,1	2	10,5
Aumentou os materiais de apoio	2	10,5	4	21,1
Reforço curricular	4	21,1	2	10,5
Instrumentos de avaliação	3	15,8	3	15,8

P21 (...)	%	
	C	CT
A avaliação ao longo do ano letivo deve ser semelhante aos exames	63	13
O efeito psicológico é determinante nos resultados obtidos nos exames nacionais	50	6
Os fatores económicos e socioculturais do meio determinam a posição das escolas nos rankings	75	19
O grau de dificuldade do exame tem sido responsável pelas classificações (médias) nacionais	31	13
Os alunos valorizam mais a classificação obtida no exame nacional do que a classificação interna	6	0
A formação dos docentes no domínio da didática é indispensável para que os alunos tenham êxito nos exames	75	6
As expectativas de cada aluno relativamente ao seu futuro sobrepõem-se ao papel do ensino no que respeita ao êxito nos exames	69	0
O resultado obtido no exame depende do nível económico e sociocultural do agregado familiar do aluno	31	6
O êxito no exame depende do apoio familiar na preparação para o exame	81	6

Conclusão do Estudo (muito geral!)

Apesar das alterações na prática de ensino e avaliativa, nas escolas do nosso estudo, de um ano para o outro, os resultados dos alunos baixaram, quer na avaliação externa quer na avaliação interna.

...Bem assim como a percentagem de níveis positivos quer na avaliação externa quer na avaliação interna.

Os resultados evidenciam os professores a atribuírem as causas do insucesso dos alunos predominantemente a fatores externos à escola, e não tanto ao grau de dificuldade do exame ou a fatores psicológicos. Valorizam a formação.

A avaliação pedagógica na investigação atual

“A avaliação é uma parte intrínseca do processo pedagógico de ensino e aprendizagem, com duas funções essenciais e complementares, nomeadamente, melhorar e apoiar a aprendizagem e medir, da forma mais justa possível, os resultados da aprendizagem”

(...) “inclui a avaliação formativa (diagnóstico e desenvolvimento) e a avaliação sumativa”

(Gustafsson e Erickson, 2013)

“A avaliação formativa é o processo de procurar e interpretar evidências para uso pelos alunos e seus professores para decidir onde estão os alunos na sua aprendizagem, onde precisam ir e como melhor ir para lá”

(Assessment Reform Group, 2002)

“A avaliação formativa é um processo que se foca na aprendizagem do aluno, para a melhorar, um processo que inclui rever e refletir sobre a prática para melhorar a aprendizagem, de uma maneira planeada”

(Simms e George, 2014)

É consensual que a forma de avaliação que mais contribui para facilitar e elevar a qualidade da aprendizagem é a formativa, contudo, definir e implementar tal avaliação não tem sido tarefa fácil.

(...) “avaliação *para* aprendizagem” - “avaliação *da* aprendizagem”

(Antoniou & James, 2014)

O processos da avaliação formativa

- (i) Articulação/comunicação das expectativas e dos critérios de sucesso ;
- (ii) Evidências e recolha de informação;
- (iii) Interpretação da informação;
- (iv) Proporcionar feedback/retorno;
- (v) Partir para a ação/regulação da aprendizagem.

(Antoniou & James, 2014)

Problemas na implementação da avaliação formativa

- (i) Avaliação Formativa (AF) continua subvalorizada e subdesenvolvida;
- (ii) As várias definições e as consequentes compreensões conceptuais do conceito criaram confusão acerca do que realmente a AF implica em termos de práticas de ensino;
- (iii) Têm existido dificuldades em distinguir a AF da Avaliação Sumativa, nos seus propósitos;
- (iv) Falta o desenvolvimento de novas ferramentas /instrumentos para a implementação da AF
- (v) A AF exige mudança na prática de ensino que envolve mudança nas conceções dos professores relacionadas com o ensino e aprendizagem
- (vi) A política de crescente ênfase na medida das metas académicas e a necessidade de políticas baseadas em indicadores, criaram uma acentuada ênfase na avaliação sumativa para fins de forte competição e controlo.

(Antoniou & James, 2014)

Problemas na implementação da avaliação formativa

Muitos países da OCDE começam a desenvolver aspetos comuns de compreensão e prática relativamente à Avaliação Formativa; as dificuldades na implementação efetiva precisam de ser identificadas e abordadas pelos investigadores mas para isso têm de contar com o apoio dos decisores políticos

(Baird 2010)



Recomendações – Nível de Escola

- **A Escola deve transformar-se em lugar de convivência e aprendizagem para a cidadania ativa e compreender que isso não se consegue penhorando a aprendizagem integrada para, ainda por cima, comprar maus resultados na avaliação externa**
- **Detetar muito precocemente os problemas, de aprendizagem e de cariz social, para evitar retenções e desmotivações e pôr em marcha programas de reforço diferentes das práticas habituais**
- **Clarificar os critérios de sucesso, comprometendo os alunos e as famílias**
- **Ajudar a elevar as expectativas sociais, culturais e, conseqüentemente, académicas dos alunos e das famílias através de informações provenientes da avaliação formativa**

Recomendações – Nível de Escola

- **Generalizar a planificação em grupo, incluindo as atividades da avaliação formativa**
- **Descentrar o processo de ensino-aprendizagem do professor e centrá-lo nos alunos; só desse modo há tempo na aula para fazer avaliação formativa.**
- **Libertar o professor de tarefas burocráticas que, na sua maioria, só subvertem a ideia de qualidade, remetendo relatórios e atas para o arquivo morto e retirando tempo e ânimo para investir nos processos educativos e na sua formação**
- **Incrementar a supervisão da prática pedagógica de modo a evidenciar e colmatar ausências de boas práticas avaliativas na sala de aula para melhorar a aprendizagem.**

Recomendações – Nível da Formação de Professores

Particularmente a formação inicial de professores tem de cuidar da inteligência dos professores, do desenvolvimento da sua cultura e da sua criatividade, dos seus valores humanos, etc...

As instituições de formação de professores devem ter uma ligação mais estreita com o campo da prática que lhes permita adequar melhor a formação oferecida

- Articular a definição do plano de formação contínua das escolas com centros de formação e com instituições de formação de professores de modo a garantir a articulação entre a teoria, a prática e a investigação
- Incentivar os professores a investir na própria formação a níveis de mestrados e doutoramentos de especialização

Recomendações – Nível da Investigação

- Necessidade de mais investigação sobre avaliação formativa e o que ela realmente implica em termos de práticas de ensino
- Para ter mais consistência/sustentação nas afirmações sobre Avaliação Formativa é necessário explorar sistematicamente a prática diária dos professores de modo a facilitar a firme sustentação de futuros programas de mudança.
- Há necessidade de estabelecer um quadro de referência para as ações e estratégias que englobem a relação entre ensino, avaliação e aprendizagem de qualidade

Recomendações – Nível de Decisão Política

- O poder político, a sociedade e a própria escola devem convencer-se de que “a melhor escola” é aquela que tem como objetivo o êxito de todos os seus alunos, que se comprometa, que tenha avaliações internas e externas, para comprovar se os objetivos se vão atingindo com a qualidade definida
- Partir genuinamente do princípio de que os professores constituem o pilar no qual assentam todas as mudanças educativas, se tiverem vocação, forem bem formados (**implica exigência à entrada na formação e na profissão**) e estiverem motivados na profissão. **Há decisões de alguns políticos que uma nação inteira paga demasiado caras**
- Os políticos devem ouvir mais a investigação educacional. Compreender a particularidade/natureza distinta desta investigação. Financiar bons projetos com critérios transparentes de necessidade e utilidade social

Recomendações – Nível de Decisão Política

- Admitir a necessidade de largos consensos políticos e sociais para proceder a reformas/mudanças de fundo, como Formação de Professores, Carreira Docente, Currículos, Programas e Avaliação
- Implementar avaliações externas a todas as disciplinas/áreas e não apenas a Matemática e a Português.
- Acolher orientações internacionais – UNESCO; OCDE; UE; OEI... e de organismos ou associações científicas nacionais e internacionais das áreas da educação

Recomendações – Nível da Decisão Política

- Valorizar, por igual, todas as áreas do saber, das artes às ciências, à língua e à história, à geografia e ao desporto, à matemática, às áreas sociais.
- Permitir turmas mais pequenas, construídas com critério, para incluir a avaliação formativa como um processo regular e generalizado
- Investir na Formação de Professores (contínua), sempre que há introdução de alterações curriculares ou quando é identificada consensualmente alguma área com dificuldades, com financiamento equilibrado e ajustado à natureza e à extensão das ações a desenvolver
- Promover a criação de um Assessment Reform Group Nacional para apoiar decisões a tomar no âmbito da avaliação (todas as formas e sua articulação)

Por fim...

Urgência de dar atenção à avaliação para aprendizagem de qualidade ...

Os “alunos”, todas as pessoas que aprendem, desde crianças até às idades mais avançadas, não são peças da máquina educacional, estatal ou privada, sujeitas às regras da competição e objetos de mercado e sujeitos de consumo; são seres humanos únicos...”

Joaquim Azevedo (2008?)

É perigoso o excesso de importância dada aos resultados em detrimento dos processos. Os resultados são pontuais ou ocasionais e muito voláteis; os processos são longos, mas talvez mais seguros.

É entre valorizar o telhado ou os alicerces. Ambos são importantes e indispensáveis mas não podemos chegar ao telhado sem uns sólidos alicerces (ou corremos muitos riscos!)

Avaliação Interna para Aprendizagem de Qualidade

A avaliação, enquanto classificações (internas ou externas), cataloga os jovens e isso pode ser um perigo para a vida de muitos deles e para a sociedade.

Portanto, se não são pensadas estratégias de prevenção, em que a avaliação esteja implicada, correm-se mais riscos de falhar.

Só colocando a avaliação interna ao serviço da aprendizagem se pode ensinar a cada aluno e ao conjunto das crianças e dos jovens saberes para a vida e não só para o êxito nos exames (se o êxito nos exames, sequer, ocorrer!).

Se a avaliação interna melhorar, e conseqüentemente a qualidade das aprendizagens, podemos esperar que aos resultados da avaliação externa também melhorem

Seminário

Avaliação Interna e Qualidade das Aprendizagens